

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CAU/SP

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DO AMAZONAS - CAU SP

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho Federal e ao Conselho Diretor

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 13 de abril de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 DF 002567/F

Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC DF 015827/O-3 - S - SP

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Balço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2018 à 31/12/2018

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	45.822.189,24	68.102.087,95	PASSIVO CIRCULANTE	4.337.653,64	3.870.078,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	32.993.124,21	57.925.829,80	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.678.031,93	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	12.421.803,86	9.790.646,26	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
PROFISSIONAIS E EMPRESAS	8.719.324,41	8.387.171,65	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.858.158,92	1.222.706,05
PROFISSIONAIS E EMPRESAS	18.947.110,67	16.073.185,09	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
(-) PROVISÕES DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	15.244.631,22	14.669.710,48	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	8.335,64	9.899,45
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	113.984,07	33.304,15	PROVISÕES A CURTO PRAZO	85.795,68	2.133.717,55
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	707.331,47	503.755,92
ESTOQUES	293.277,10	352.307,74		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00		0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	43.012.966,75	2.818.970,69	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	795.366,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	944.345,64	1.081.338,10	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	944.345,64	1.081.338,10	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	944.345,64	1.081.338,10	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	42.045.182,79	1.707.092,49	PROVISÕES A LONGO PRAZO	795.366,00	0,00
BENS MÓVEIS	4.623.445,39	3.890.478,10	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	39.939.984,00	0,00		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	2.518.246,60	2.183.385,61		0,00	0,00
INTANGÍVEL	23.438,32	30.540,10		0,00	0,00
SOFTWARES	48.797,00	48.797,00		0,00	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	25.358,68	18.256,90		0,00	0,00

			TOTAL DO PASSIVO	5.133.019,64	3.870.078,97
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	83.702.136,35	67.050.979,67
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	83.702.136,35	67.050.979,67
TOTAL	88.835.155,99	70.921.058,64	TOTAL	88.835.155,99	70.921.058,64
ATIVO FINANCEIRO	32.993.124,21	57.925.829,80	PASSIVO FINANCEIRO	6.365.330,93	4.631.027,01
ATIVO PERMANENTE	55.842.031,78	12.995.228,84	PASSIVO PERMANENTE	795.366,00	511.930,15
SALDO PATRIMONIAL				81.674.459,06	65.778.101,48

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	9.860.218,43	1.108.548,58
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	9.860.218,43D	1.108.548,58D

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	26.627.793,28	53.294.802,79

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	53.043.306,25	45.413.566,07	Despesa Orçamentária	79.588.968,16	37.085.308,06
RECEITA REALIZADA	53.043.306,25	45.413.566,07	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.027.677,29	1.272.878,19
RECEITA CORRENTE	53.043.306,25	45.413.566,07	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	1.858.158,92	1.222.706,05
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	20.961.646,47	16.816.640,02	CREDITO EMPENHADO – PAGO	75.703.131,95	34.589.723,82
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	20.961.646,47	16.816.640,02	DESPESA CORRENTE	35.598.160,66	34.553.057,88
ANUIDADES	20.961.646,47	16.816.640,02	PESSOAL	20.608.511,52	19.636.755,94
RECEITA DE SERVIÇOS	25.843.760,06	23.495.039,88	MATERIAL DE CONSUMO	390.056,97	318.277,24
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	55.562,06	69.445,80	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.242.849,30	3.801.213,75
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	25.773.100,58	23.412.898,65	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.313.744,88	3.979.566,14
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	15.097,42	12.695,43	ENCARGOS DIVERSOS	1.182.414,54	1.083.313,86
FINANCEIRAS	5.576.261,53	4.708.699,90	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.544,57	201.007,55
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	1.116.798,38	788.651,48	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.856.038,88	5.532.923,40
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	4.459.463,15	3.920.048,42	DESPESA DE CAPITAL	40.104.971,29	36.665,94
MULTAS SOBRE ANUIDADES	843.583,10	709.922,73	INVESTIMENTOS	40.104.971,29	36.665,94
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.615.880,05	3.210.125,69			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	661.638,19	393.186,27			
MULTAS DE INFRAÇÕES	89.685,27	87.422,91			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	571.952,92	305.763,36			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	94.169.536,96	95.943.198,14	Pagamentos Extraorçamentários	92.556.580,64	93.490.361,86
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	2.027.677,29	1.272.878,19	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.202.171,16	69.261,95
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.858.158,92	1.222.706,05	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.188.258,37	405.298,43
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	56.879.015,58	48.629.326,56	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	56.675.440,03	48.315.532,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários	33.404.685,17	44.818.287,34	Outros Pagamentos Extraorçamentários	33.490.711,08	44.700.269,48
Saldo em espécie do Exercício Anterior	57.925.829,80	47.144.735,51	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	32.993.124,21	57.925.829,80
Caixa e Equivalente de Caixa	57.925.829,80	47.144.735,51	Caixa e Equivalente de Caixa	32.993.124,21	57.925.829,80
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
Total:	205.138.673,01	188.501.499,72		205.138.673,01	188.501.499,72

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	46.934.894,50	47.023.182,95	53.043.306,25	6.020.123,30
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	17.967.220,57	17.473.950,27	20.961.646,47	3.487.696,20
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	17.967.220,57	17.473.950,27	20.961.646,47	3.487.696,20
ANUIDADES	17.967.220,57	17.473.950,27	20.961.646,47	3.487.696,20
RECEITA DE SERVIÇOS	23.669.330,83	24.927.464,01	25.843.760,06	916.296,05
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	0,00	55.562,06	55.562,06
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	23.669.330,83	24.927.464,01	25.773.100,58	845.636,57
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	15.097,42	15.097,42
FINANCEIRAS	4.883.100,89	4.003.711,85	5.629.628,77	1.625.916,92
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	763.112,37	487.887,74	1.116.798,38	628.910,64
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	4.119.988,52	3.515.824,11	4.512.830,39	997.006,28
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	53.367,24	53.367,24
MULTAS SOBRE ANUIDADES	957.257,03	612.012,06	843.583,10	231.571,04
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.162.731,49	2.903.812,05	3.615.880,05	712.068,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	415.242,21	618.056,82	608.270,95	-9.785,87
MULTAS DE INFRAÇÕES	415.242,21	73.227,88	36.318,03	-36.909,85
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	544.828,94	571.952,92	27.123,98
RECEITA DE CAPITAL	40.000.000,00	53.294.000,00	0,00	-53.294.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	40.000.000,00	53.294.000,00	0,00	-53.294.000,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE			40.000.000,00	53.294.000,00	0,00	-53.294.000,00	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			86.934.894,50	100.317.182,95	53.043.306,25	-47.273.876,70	
DÉFICIT			0,00	0,00	26.545.661,91	26.545.661,91	
TOTAL			86.934.894,50	100.317.182,95	79.588.968,16	-20.728.214,79	
DESpesas ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE		46.570.377,68	47.023.182,95	38.916.016,87	36.888.339,58	35.598.160,66	8.107.166,08
PESSOAL		23.672.437,90	24.319.434,88	21.236.997,20	21.236.997,20	20.608.511,52	3.082.437,68
PESSOAL E ENCARGOS		23.151.412,74	23.387.123,62	20.569.939,98	20.569.939,98	19.941.454,30	2.817.183,64
DIÁRIAS		521.025,16	932.311,26	667.057,22	667.057,22	667.057,22	265.254,04
MATERIAL DE CONSUMO		665.228,08	723.717,79	477.867,49	477.867,49	390.056,97	245.850,30
MATERIAL DE CONSUMO		665.228,08	723.717,79	477.867,49	477.867,49	390.056,97	245.850,30
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		5.727.895,43	6.401.605,93	4.242.849,30	4.242.849,30	4.242.849,30	2.158.756,63
DIÁRIAS		5.727.895,43	6.401.605,93	4.242.849,30	4.242.849,30	4.242.849,30	2.158.756,63
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		8.088.697,90	7.425.923,67	5.885.524,99	5.885.524,99	5.313.744,88	1.540.398,68
SERVIÇOS DE CONSULTORIA		785.587,53	723.294,80	393.952,12	393.952,12	239.460,15	329.342,68
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO		47.134,72	54.486,28	49.813,27	49.813,27	49.813,27	4.673,01
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS		250.029,78	359.317,80	228.926,49	228.926,49	228.926,49	130.391,31
SERVIÇOS PRESTADOS		6.337.087,79	5.524.514,37	4.477.328,83	4.477.328,83	4.101.539,32	1.047.185,54
PASSAGENS		668.858,08	764.310,42	735.504,28	735.504,28	694.005,65	28.806,14
ENCARGOS DIVERSOS		1.435.649,74	1.315.357,48	1.184.521,15	1.184.517,15	1.182.414,54	130.836,33
ENCARGOS DIVERSOS		1.435.649,74	1.315.357,48	1.184.521,15	1.184.517,15	1.182.414,54	130.836,33
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		433,66	4.823,35	4.544,57	4.544,57	4.544,57	278,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		6.980.034,97	6.832.319,85	5.883.712,17	3.856.038,88	3.856.038,88	948.607,68
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF		852.238,00	710.198,30	710.198,30	710.198,30	710.198,30	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	2.976.280,97	2.976.280,97	2.027.673,29	0,00	0,00	948.607,68
FUNDO - CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS	3.151.516,00	3.145.840,58	3.145.840,58	3.145.840,58	3.145.840,58	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	40.000.000,00	53.294.000,00	40.672.951,29	40.672.951,29	40.104.971,29	12.621.048,71
INVESTIMENTOS	5.000.000,00	53.294.000,00	40.672.951,29	40.672.951,29	40.104.971,29	12.621.048,71
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	5.000.000,00	7.794.000,00	732.967,29	732.967,29	164.987,29	7.061.032,71
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	45.000.000,00	39.939.984,00	39.939.984,00	39.939.984,00	5.060.016,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	35.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	35.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	364.516,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	86.934.894,50	100.317.182,95	79.588.968,16	77.561.290,87	75.703.131,95	20.728.214,79
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	86.934.894,50	100.317.182,95	79.588.968,16	77.561.290,87	75.703.131,95	20.728.214,79

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	57.288.869,54	53.257.254,00	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	40.637.712,86	37.336.751,22
CONTRIBUIÇÕES	24.674.435,20	22.750.186,85	PESSOAL E ENCARGOS	20.692.519,39	19.925.299,21
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	24.674.435,20	22.750.186,85	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	17.335.955,84	16.300.056,39
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	24.674.435,20	22.750.186,85	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	17.335.955,84	16.300.056,39
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	25.843.760,06	23.495.039,88	BENEFÍCIOS A PESSOAL	3.356.563,55	3.625.242,82
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	25.843.760,06	23.495.039,88	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	3.356.563,55	3.625.242,82
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	25.843.760,06	23.495.039,88	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	13.077.086,62	11.279.810,58
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	5.629.628,77	4.721.119,42	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	572.831,23	872.870,11
JUROS E ENCARGOS DE MORA	1.170.165,62	801.071,00	CONSUMO DE MATERIAL	572.831,23	872.870,11
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	1.170.165,62	801.071,00	SERVIÇOS	12.162.292,62	9.902.467,23
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	4.459.463,15	3.920.048,42	DIARIAS	4.909.906,52	4.214.763,40
MULTAS SOBRE ANUIDADES	4.459.463,15	3.920.048,42	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	735.504,28	449.455,41
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.141.045,51	2.290.907,85	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	6.516.881,82	5.238.248,42
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.141.045,51	2.290.907,85	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	341.962,77	504.473,24
MULTAS ADMINISTRATIVAS	36.318,03	75.003,39	DEPRECIACAO	341.962,77	504.473,24
INDENIZAÇÕES	568.170,74	305.763,36	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	4.845.202,09	5.538.538,40
REVERSÃO DE PROVISÕES	501.384,52	1.756.668,37	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.845.202,09	5.538.538,40
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	35.172,22	153.472,73	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.845.202,09	5.538.538,40
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	1.227.538,76	519.859,22
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	1.227.538,76	519.859,22
			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITOS	1.227.538,76	519.859,22
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	795.366,00	73.243,81
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	795.366,00	73.243,81
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	795.366,00	73.243,81

Total das Variações Ativas :	57.288.869,54	53.257.254,00	Total das Variações Passivas :	40.637.712,86	37.336.751,22
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	16.651.156,68	15.920.502,78
Total	57.288.869,54	53.257.254,00	Total	57.288.869,54	53.257.254,00

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	53.043.306,25	45.413.566,07
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	20.961.646,47	16.816.640,02
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	20.961.646,47	16.816.640,02
ANUIDADES	20.961.646,47	16.816.640,02
RECEITA DE SERVIÇOS	25.843.760,06	23.495.039,88
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	55.562,06	69.445,80
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	25.773.100,58	23.412.898,65
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	15.097,42	12.695,43
FINANCEIRAS	5.576.261,53	4.708.699,90
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	1.116.798,38	788.651,48
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	4.459.463,15	3.920.048,42
MULTAS SOBRE ANUIDADES	843.583,10	709.922,73
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.615.880,05	3.210.125,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	661.638,19	393.186,27
MULTAS DE INFRAÇÕES	89.685,27	87.422,91
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	571.952,92	305.763,36
OUTROS INGRESSOS	90.283.700,75	93.447.613,90
DESEMBOLSOS		
OUTROS DESEMBOLSOS	92.556.580,64	93.490.361,86
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	50.770.426,36	45.370.818,11
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
DESPEZA CORRENTE	35.598.160,66	34.553.057,88
PESSOAL	20.608.511,52	19.636.755,94
MATERIAL DE CONSUMO	390.056,97	318.277,24
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.242.849,30	3.801.213,75
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.313.744,88	3.979.566,14
ENCARGOS DIVERSOS	1.182.414,54	1.083.313,86
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.544,57	201.007,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.856.038,88	5.532.923,40
DESPEZA DE CAPITAL	40.104.971,29	36.665,94
INVESTIMENTOS	40.104.971,29	36.665,94
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-75.703.131,95	-34.589.723,82
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-24.932.705,59	10.781.094,29
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	57.925.829,80	47.144.735,51
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	32.993.124,21	57.925.829,80



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO - CAU SP

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas em seu Regimento Interno. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

A sede do CAU/SP está localizada a Rua Formosa, 367 23º andar, Centro- São Paulo -SP- CEP 01049-911.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06/18, e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 16.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.



3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/SP procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - Média aritmética ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2018.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/SP, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.



O CAU/SP segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	0	0%
Obras de arte	0	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.



3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/SP procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2019.

Base de mensuração - O CAU/SP adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.



3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.



A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Banco conta movimento	9.890	184.605
Aplicações financeiras	32.983.234	57.741.224
	<u>32.993.124</u>	<u>57.925.830</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2019	2018
Créditos de anuidades do exercício	8.719.324	8.387.172
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	18.947.111	16.073.185
(-) Provisão para devedores duvidosos	(15.244.631)	(14.669.710)
	<u>12.421.804</u>	<u>9.790.646</u>

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Os créditos de curto prazo, apresentados na tabela acima mostra uma elevação significativa em relação ao exercício anterior, isso se deve ao aumento de parcelamentos e a quantidade de novos profissionais e também a reversão de provisão para devedores duvidosos que houve após nova análise no quadro hoje existente.



7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Detran/SP	1.588	1.249
Diversos Conselheiros	3.402	1
Adiantamento de salários	786	2.026
Adiantamento de férias	100.826	25.781
Saldos a regularizar	2.385	2.541
Ulrik Comércio	548	-
Ryller Chrystian de Andrade Veríssimo	180	-
Eletropaulo	2.977	-
Eder Roberto Lopes	28	-
Prefeitura Municipal de São Paulo	616	-
CAU/BR	106	106
Roberto Reyes	-	805
Vivo Telefonia	-	251
Inst. De Urbanismo e Estudos para a Metropole	-	-
Associação Casa da Cidade	-	-
Total	<u>113.984</u>	<u>33.304</u>

Os créditos acima, referem-se as contas transitórias com compensação nos meses subsequentes, são contas de adiantamento.

8. Estoques

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Material de consumo	293.277	352.308
	<u>293.277</u>	<u>352.308</u>

9. Créditos a Longo Prazo

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Decorrente de anuidades Pessoa Fisica	607.596	685.005
Decorrente de anuidades Pessoa Juridica	336.750	396.333
Total	<u>944.346</u>	<u>1.081.338</u>

Os créditos a longo prazo, são relativas as anuidades do exercício de 2012, inscritas em dívida ativa, que passaram pela cobrança administrativa e no momento estão em cobrança judicial.

10. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.



A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Bens móveis	Preço de Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2019	2018
Móveis e Utensílios	1.524.092	(680.416)	843.676	980.382
Máquinas e Equipamentos	556.775	(374.454)	182.321	198.476
Instalações	160.937	(74.516)	86.421	100.938
Utensílios de Copa e Cozinha	2.364	(1.724)	640	1.102
Veículos	1.375.300	(692.676)	682.624	162.024
Equipamentos de Processamento de Dados	996.900	(694.462)	302.439	257.092
Biblioteca	3.078	-	3.078	3.078
Obras de Arte	4.000	-	4.000	4.000
Edifício (N.E. 11)	39.939.984	-	39.939.984	-
Totais	4.623.445	(2.518.247)	42.045.183	1.707.092

Movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do Ativo Imobilizado

Bens móveis	Preço de Custo	Aquisições	Saldo atual
Móveis e Utensílios	1.524.092	-	1.524.092
Máquinas e Equipamentos	510.622	46.152	556.775
Instalações	160.937	-	160.937
Utensílios de Copa e Cozinha	2.364	-	2.364
Veículos	807.320	567.980	1.375.300
Equipamentos de Processamento de Dados	878.065	118.835	996.900
Biblioteca	3.078	-	3.078
Obras de Arte	4.000	-	4.000
Totais	3.890.478	732.967	4.623.445

Em virtude do aumento do quadro de pessoal do Conselho, houve a necessidade de aquisição de novos equipamentos de informática, móveis e equipamentos, para utilização dos novos funcionários, houve a aquisição de duas novas vans, para atendimento itinerante.

11. Bens Imóveis

Edifícios	2019	2018
	39.939.984	-



O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, adquiriu no final do mês de dezembro, imóvel que será utilizado para instalação da sua sede, tendo em vista que o imóvel hoje utilizado é uma locação, não atendia todas as necessidades do CAU/SP.

12. Intangível

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Softwares	48.797	48.797
Amortização	(25.359)	(18.257)
Total	<u>23.438</u>	<u>30.540</u>

Movimentação:

Descrição	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2019</u>
Software	48.797	-	-	(25.359)	23.438
Total	<u>48.797</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25.359)</u>	<u>23.438</u>

13. Fornecedores a pagar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Restos a Pagar	1.858.159	1.222.706
	<u>1.858.159</u>	<u>1.222.706</u>

14. Obrigações e Repartição a Outros

Descrição	<u>2019</u>	<u>2018</u>
CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	1.574	403
Honorários Advocatícios	6.762	9.496
Total	<u>8.336</u>	<u>9.899</u>

Os valores contabilizados na conta do CAU/BR, são relativas as diferenças a regularizar entre os lançamentos contábeis do sistema SICCAU e os créditos bancários. Em relação aos valores de honorários advocatícios, são créditos relativos aos honorários de sucumbência dos advogados para repasse no mês de janeiro de 2020.

**15. Provisões a Curto Prazo**

Descrição	2019	2018
Férias	1.226.751	1.215.942
INSS	332.234	296.410
FGTS	105.819	97.275
PIS/PASEP	13.227	12.159
Total	1.678.032	1.621.787

Provisões de férias e encargos acumulados no exercício para pagamento e baixa em exercícios seguintes.

16. Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição	2019	2018
INSS	136.792	63.445
IRRF	410.182	356.061
ISS	9.150	5.816
IRRF/COFINS/CLSS/PIS A RECOLHER	11.578	12.361
Contribuição Sindical - Anual	12	12
Empréstimo Consignado - CEF	10.893	1.454
Empréstimo Consignado – BB	26.264	-
Mensalidade Sindical	3.172	1.594
Créditos não identificados	90.566	57.762
Creditos devolvidos de Ressarcimentos Diversos	919	919
Receitas Diversas	33	33
Receita a Classificar com Registro	7.768	4.298
Total	707.331	503.756

Os valores creditados em consignações, são relativas as retenções nos pagamentos dos salários dos funcionários e fornecedores em conformidade com as legislações vigentes.

Os depósitos não judiciais, são lançamentos a crédito nas contas-corrente do Conselho que não foram identificados no exercício de 2019, para regularização nos exercícios seguintes.

Receitas a classificar são lançamentos relativos as inconsistências de pagamentos não baixados no SICCAU, contabilizadas, aguardando o reprocessamento da baixa de títulos.

17. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim representadas:



17.1 Provisões a Curto Prazo

	2019	2018
Cíveis	85.796	511.930
Total	85.796	511.930

A movimentação da provisão no exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

	2018	Adições	Atualização	2019
Cíveis	511.930	-	(426.134)	85.796
Total	511.930	-	(426.134)	85.796

17.2 Provisões a Longo Prazo

Passivo não circulante

	2019	2018
Trabalhista	795.366	-
Total	795.366	-

Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

18. Patrimônio Líquido

Descrição	2019	2018
Superávit ou Déficit do Exercício	16.651.157	51.130.477
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	67.050.980	15.920.503
Ajustes de Exercícios Anteriores		
Patrimônio Líquido	83.702.136	67.050.980



19. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2019 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/SP, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2019 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho

20. Despesas por natureza

Classificação	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesa com Pessoal	20.692.519	19.925.299
Despesa Uso de Material de Consumo e Serviços	12.735.124	10.775.337
Depreciação, Amortização e Exaustão	341.963	504.473
Transferências Intergovernamentais	4.845.202	5.538.538
Redução a Valor Recuperável a Ajustes para Perdas	1.227.538	519.859
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	795.366	73.244
Total	<u>40.637.712</u>	<u>37.336.751</u>

21. Receita por natureza

Classificação	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contribuições Sociais	24.674.435	22.750.187
Exploração de Bens Direitos e Prestação de Serviços	25.843.760	23.495.040
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	5.629.629	4.721.119
Diversas variações patrimoniais aumentativas	1.141.046	2.290.908
Total	<u>57.288.870</u>	<u>53.257.254</u>



22. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2019	2018
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	57.288.870	53.257.254
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(40.637.713)	(37.336.751)
(=) Superávit Patrimonial Apurado	16.651.157	15.920.503
Resultado Orçamentário	2019	2018
Receita Orçamentária Arrecadada	53.043.306	45.413.566
(-) Despesas Empenhadas	(79.588.968)	(37.085.308)
(=) Superávit/Deficit	(26.545.662)	8.328.258
*CAU/SP utilizou o superávit do exercício anteriores para aquisição da sede do Conselho		
Resultado Financeiro	2019	2018
Saldo Disponível Apurado	32.993.124	57.925.830
(-) Passivo Financeiro	(6.365.331)	(4.631.027)
(=) Superávit Financeiro apurado	26.627.793	53.294.803

23. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	12.716.501
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 15 veículos	100% Fipe
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	381.511
		<u>13.098.012</u>

24. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.



25. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.